

PETROPOLITANAS



Medida entrou em vigor no último dia 26, segundo o Detro

Bilhete Único já está em vigor nas linhas intermunicipais de Petrópolis

Desde domingo (26), passageiros de seis linhas intermunicipais que ligam Petrópolis à Baixada Fluminense podem utilizar o benefício, ampliando a integração e reduzindo os custos das viagens. Os passageiros que utilizam linhas intermunicipais entre Petrópolis e municípios da Baixada Fluminense passaram a contar, desde o último domingo (26), com o Bilhete Único Intermunicipal (BUI) em novas rotas. A medida amplia a integração do transporte público e garante mais economia para quem precisa fazer deslocamentos diários entre as cidades. Entre as linhas que passaram a aceitar o benefício estão as operadas pelas empresas Fácil Transportes e Turismo Ltda. (RJ-140) e Transportes Única Petrópolis Ltda. (RJ-163). A ampliação do Bilhete Único Intermunicipal busca oferecer mais praticidade aos usuários do transporte coletivo, permitindo integração tarifária e redução dos custos para passageiros.

Associação cobra limpeza

A falta de um cronograma confiável para a coleta de lixo tem provocado transtornos recorrentes em Itaipava. Segundo a UNITA (Unidos por Itaipava), moradores e comerciantes convivem com um serviço irregular, que passa dias funcionando e, de repente, deixa de atender determinadas áreas, fazendo com que resíduos se acumulem até que a operação seja normalizada. Para a entidade, mais do que uma questão de limpeza urbana, a situação revela a necessidade de uma operação estável e planejada.



Moradores reclamam de “rodízio” na coleta

Impasses administrativos

Nos últimos meses, a coleta de lixo em Petrópolis passou a conviver com uma sequência de impasses administrativos e jurídicos que acabaram impactando diretamente a prestação do serviço. O município permaneceu por meses sem um contrato regular para a operação da coleta e do transbordo dos resíduos e voltou a recorrer a uma contratação emergencial para evitar a interrupção do serviço. A Prefeitura informa que a coleta domiciliar de resíduos em Itaipava é realizada de forma contínua, seguindo um cronograma de atendimento.

Vacinação antirrábica

A Prefeitura promove neste sábado (1/8) a terceira etapa da campanha de vacinação antirrábica de 2026 para cães e gatos. Desta vez, as equipes da Vigilância Ambiental estarão nas regiões do Bingen, Mosela, Fazenda Inglesa e Quarteirão Brasileiro. Ao todo, 96 profissionais de saúde atuarão em 20 postos de vacinação. A expectativa é imunizar mais de seis mil cães e gatos nesta etapa.

Aplicações

Até o momento, a Secretaria de Saúde já vacinou 13.097 animais em todo o município. A vacina é destinada a cães e gatos com idade a partir de três meses. Os tutores devem levar os cães com coleira e guia. Já os gatos precisam ser transportados em caixas apropriadas para garantir a segurança dos animais, dos responsáveis e das equipes de vacinação.

Encontro

Águas do Imperador recebeu, na última quinta-feira (23), lideranças comunitárias, representantes de instituições e moradores da região do Itamarati para uma visita técnica às obras da Estação de Tratamento de Esgoto (ETE) Itamarati. Promovido por meio do Projeto de Trabalho Social (PTS) – Saneamento Para Todos.

Objetivo

o encontro teve como objetivo apresentar o andamento do empreendimento, esclarecer dúvidas e fortalecer o diálogo entre a concessionária e a população. Durante a visita, os participantes conheceram de perto as estruturas em construção e receberam informações técnicas sobre o funcionamento da futura estação.

Cronograma

A apresentação foi conduzida por engenheiros responsáveis pelo empreendimento e pela diretoria da Águas do Imperador, que detalharam as etapas já executadas, o cronograma dos próximos serviços e os benefícios que a nova infraestrutura trará para Petrópolis. Com investimento de R\$ 105 milhões, a ETE Itamarati beneficiará mais de 40 mil moradores.

Alagamentos

O Comitê Piabanha realizou, na última sexta-feira (26), o 3º Seminário “Existem soluções para as inundações em Petrópolis?”, reunindo representantes do poder público, instituições de ensino e pesquisa, órgãos ambientais e sociedade civil para discutir estratégias de prevenção e mitigação das inundações no município.

Temas

O seminário abordou os desafios da drenagem urbana e do manejo das águas pluviais, reforçando a necessidade de integração entre planejamento urbano, gestão de recursos hídricos e redução dos riscos. A programação contou com apresentações sobre o Plano de Gerenciamento, Operação e Manutenção dos Sistemas de Micro e Macrodrenagem de Petrópolis.



Apesar do contrato, 84 pontos não receberão monitoramento

Contrato para monitoramento é insuficiente, segundo MPRJ

Estudo técnico da própria Prefeitura concluiu serem necessárias 211 câmeras

Por **Gabriel Rattes**

A Prefeitura de Petrópolis formalizou, no último dia 16 de julho, o contrato emergencial de R\$ 1.499.830 para restabelecer o sistema municipal de videomonitoramento da cidade. O documento prevê a implantação de 67 pontos de monitoramento, com 115 câmeras convencionais, oito câmeras de leitura de placas (LPR) e quatro câmeras com tecnologia de reconhecimento facial, totalizando 127 equipamentos, além da instalação da central de monitoramento, operação assistida, manutenção preventiva e corretiva, suporte técnico e retenção das imagens por, no mínimo, 30 dias.

O quantitativo, no entanto, é inferior ao apontado como necessário pelo próprio setor técnico da Prefeitura. Em manifestação protocolada na ação civil pública que cobra a retomada do videomonitoramento, o Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (MPRJ) afirma que o Estudo Técnico Preliminar (ETP) elaborado para a contratação definitiva concluiu que Petrópolis necessita de 211 câmeras distribuídas por 144 pontos. Segundo o órgão, a solução emergencial representa uma diferença de 84 câmeras em relação à necessidade técnica.

Na petição, o MPRJ sustenta que “o próprio setor técnico do Município fixou a necessidade real de que Petrópolis conte com 211 câmeras distribuídas por 144 pontos” e conclui que

“a solução emergencial proposta pela Prefeitura manterá 77 pontos estratégicos da cidade completamente desassistidos”. O MP utiliza como fundamento o próprio Estudo Técnico Preliminar da futura licitação, elaborado pela administração municipal.

O contrato estabelece prazo máximo de 60 dias para implantação e entrada em operação do sistema, contados a partir da emissão da Ordem de Serviço. A contratação possui caráter emergencial e terá vigência de até 12 meses, podendo ser encerrada antes caso seja concluída a licitação definitiva do videomonitoramento.

Além das câmeras, a contratação contempla seis telas de monitoramento de 43 polegadas, três estações de trabalho, servidor de gravação com capacidade para armazenar imagens por 30 dias, suporte técnico 24 horas, manutenção preventiva mensal, manutenção corretiva sob demanda, entre outros serviços.

O Em nota, a Secretaria de Serviços, Segurança e Ordem Pública (SSSOP) informou que o contrato emergencial foi estruturado para restabelecer, “neste primeiro momento”, os locais que já integravam o sistema municipal de videomonitoramento, utilizando equipamentos com tecnologia mais moderna.

Segundo a pasta, a distribuição dos equipamentos em 67 pontos levou em consideração a cobertura anterior e a localização estratégica das câmeras.